

Britto assina acordo de R\$ 6 bi

JOSÉ MITCHELL

PORTO ALEGRE — Depois de assinar o acordo de renegociação da dívida do estado com o governo federal, ontem, o governador Antônio Britto enumerou as consequências práticas da medida: acesso imediato a um financiamento de US\$ 550 milhões — que já está sendo fechado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (Bird) e com o Banco Mundial (BID) — e a outros US\$ 250 milhões. As verbas serão aplicadas em estradas, agricultura, educação, saúde (serão concluídos 23 hospitais) e presídios, além de permitirem a recuperação do crédito e da credibilidade do estado.

A renegociação, em 30 anos, envolve uma dívida global de US\$ 8 bilhões, dos quais R\$ 6,2 bilhões referem-se à dívida mobiliária. Só assim o governo gaúcho limpa seu nome e pode fechar os financiamentos externos já encaminhados.

Em contrapartida, o governo fica obrigado a pagar uma entrada de US\$ 1 bilhão em ativos, que pretende obter com a venda de empresas e outros recursos da privatização, como a alienação de 35% do controle acionário da Companhia Riograndense de Telecomunicações (CRT).

Há uma série de licitações em andamento, que incluem as áreas de energia elétrica e termo-elétrica, além dos portos, em que parte dos recursos das vendas ou de parcerias será destinada a completar esta parcela de US\$ 1 bilhão. O Rio Grande do Sul foi o primeiro estado a assinar o acordo justamente porque essas privatizações e parcerias estavam adiantadas.

A dívida — que foi a grande preocupação dos governadores gaúchos nos últimos 24 anos — será paga com juros de 6% ao ano e correção pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M). Britto explicou que US\$ 2,2 bilhões da dívida contratual (contratos com

BNH, Banco do Brasil e outros) já haviam sido negociados, mas foram incluídos no pacote da renegociação. O valor formal do acordo será de US\$ 6,1 bilhão, mas cairá em cerca de US\$ 600 milhões, pois a data de validade será o dia 31 de março de 1996, quando a dívida estava em US\$ 5,5 bilhões.

O acordo assinado ontem com o ministro Pedro Malan, da Fazenda, será encaminhado, para aprovação, ao Senado e à Assembléia Legislativa. “O Rio Grande do Sul é o primeiro. Os próximos serão Minas, Rio de Janeiro e São Paulo. Mas já está estabelecido que, se outros estados obtiverem vantagens adicionais, nosso estado também terá direito a elas”, informou Britto.

Bola-de-neve — O governador revelou que nem o Rio Grande do Sul nem os outros estados pagavam suas dívidas mobiliárias, que “cresciam como bola-de-neve, em função dos juros elevadíssimos”. A

renegociação reduz os valores que são pagos mensalmente, abrindo espaço para novos empréstimos externos, que permitirão o desenvolvimento do estado.

A previsão de investimentos — que foi de R\$ 200 milhões em 1995 — vai alcançar R\$ 300 milhões até o fim desse ano e será de R\$ 600 milhões em 1997, graças também aos empréstimos externos. O percentual de comprometimento da renda líquida do estado nos pagamentos da renegociação não pode exceder a 11,5% da receita líquida de 1997, subindo até chegar a 13%, ao fim dos 30 anos. A taxa de deságio será igual para todos os estados, mas os mecanismos de renegociação podem ser diferentes.

“O contrato, entretanto, não é unilateral, não favorece nem perdoa a dívida gaúcha: o estado pagará US\$ 1 bilhão de entrada e terá até 13% de suas receitas comprometidas, nos próximos 30 anos”, observou Britto.